

DA GRAMÁTICA DA FORMA À ARQUITETURA REFERENCIADA: METODOLOGIA DE ESTÍMULO A IMAGINAÇÃO CRIADORA

DELGADO, Denyse

PETRILLO, José Augusto

DANTAS, Raphaela

RESUMO

A importância do olhar no desenvolvimento da compreensão do espaço tridimensional para o ensino e prática da arquitetura é a principal ferramenta para a compreensão desde os elementos básicos da forma às propriedades e princípios que caracterizam as obras arquitetônicas referenciadas. Nos anos 1960 buscou-se minimizar a subjetividade nos processos conceptivos e enfatizar a criação pautada no conhecimento científico e a informação tecnológica, aplicando métodos rígidos estruturados em tomadas de decisões técnicas e precisas. Contudo, considera-se que a sistematização do pensamento criativo é um exercício individual e que o aluno, em sua experiência primária, deve ser incentivado a combinar aplicações analíticas e sintéticas no conhecimento da forma bi e tridimensional, e conseqüentemente, ampliar a capacidade de visualização e a habilidade em criar novas formas. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar a experiência de ensino das disciplinas de Estudo da Forma I e II, do curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, e fundamentar a prática desenvolvida como método de apreensão da teoria, através de exercícios que abrangem desde a linguagem compositiva até exemplos de projetos arquitetônicos, como contraponto fundamental para um ensino e uma prática flexível, mas referenciada e crítica. Trata-se de um estudo sobre como, nos primeiros períodos acadêmicos, ambas as disciplinas seqüenciais podem contribuir efetivamente para ampliar o olhar arquitetônico dos alunos no que tange imaginação criadora - forma subjetiva-, para a perspectiva da materialização da idéia.

Palavras-chave: Metodologia de ensino. Transdisciplinaridade. Processo criativo.

1 INTRODUÇÃO

O projetar arquitetura é complexo independente do tema, tipologia ou programa de necessidades a ser implantado, seja ela de pequeno, médio ou grande porte, envolve, segundo Doris et al (2013, pág.21), soluções técnicas e

artísticas que, em paralelo, deve lidar com diversas variáveis: legais, funcionais, econômicas, tecnológicas, culturais, sociais, estéticas e de conforto. Contudo, administrar todas essas variáveis requer um exercício constante de projeto, experiência que se manifesta após anos de trabalho. Como estudante de arquitetura, sobretudo para os recém graduandos, compreender e administrar todos esses aspectos que permeiam o raciocínio projetual está distante, na sua totalidade, devido ao pouco conhecimento técnico absorvido que, em contrapartida, auxilia para impedir o bloqueio mental comum em processos criativos.

As disciplinas de Estudo da Forma I e II, integradas aos primeiro e segundo semestre respectivamente, têm por objetivo, inicial, introduzir o aluno no estudo das formas arquitetônicas, das relações espaciais por elas criadas e dos estímulos perceptivos que suscitam através da interpretação gráfica dos elementos básicos da linguagem visual de maneira bi e tridimensional (WONG, 1998, pág. 41). Posteriormente, a partir dos conhecimentos adquiridos em diversas disciplinas do primeiro período, o aluno pode consolidar sua habilidade de expressar e traduzir as suas idéias construtivas em modelos tridimensionais mais complexos. Nesse sentido, acredita-se que a complexidade do projetar é positiva quando a abordagem, considerando o avanço gradual do conhecimento do aluno, ultrapassam a multidisciplinaridade para a transdisciplinaridade, no sentido de gerar mais flexibilidade, dinâmica e otimização/objetivação do pensamento projetual em direção ao pensamento criativo como unidade que relaciona e organiza todas as ciências já adquiridas (CAMPOMORI, 2000).

Este trabalho, no entanto, não pretende apresentar uma metodologia de ensino de projeto de arquitetura, mas visa contribuir para a discussão sobre como as disciplinas do eixo de gramática da forma podem auxiliar, desde o princípio e de maneira mais eficaz, no processo criativo na contemporaneidade, documentando algumas práticas que foram aplicadas em sala de aula que exprimem um método de ensinar e instigar os estudantes sobre a arquitetura.

2 METODOLOGIA

Ambas as disciplinas de Estudo da Forma I e II são divididas em blocos de aulas estruturados de acordo com o “caminhar” do próprio aluno, seja, inicialmente, na apreensão do conteúdo da gramática da forma – elementos conceituais, visuais, relacionais e construtivos - até a aplicação de técnicas de estruturação da forma – espaço, conceito, proporção, escala, adição, subtração, orgânicos, verticalização, horizontalizados e representação gráfica - no processo conceptivo em grupo e individualmente.

Todos os exercícios são desenvolvidos com objetivo de desenvolver a habilidade manual dos estudantes, com o objetivo de capacitar o mesmo a expressar rapidamente o pensamento, sem o receio do erro, mas a representação livre como uma ferramenta de registro do processo de uma idéia primária até o aperfeiçoamento final. Posteriormente ou em paralelo, os alunos desenvolvem modelos tridimensionais conceituais como suporte para a estruturação e visualização da idéia projetual. Ambas as ferramentas, esboço/croqui e estudo volumétrico são apoios para discussão com os mestres e os colegas a partir do entendimento completo da forma.

Através de ilustrações de arquitetura referenciada busca-se explicar e interpretar o conteúdo do módulo, a fim de desencadear uma transição gradual entre o âmbito do “desconhecido” para o “conhecido”. No estudo de grandes arquitetos realizadores como Peter Eisenman, Bernard Tschumi e Álvaro Siza, por exemplo, é interessante observar o poder do pensamento arquitetônico que eles possuem, e o potencial de ser introjetado e absorvido no processo de criação de uma nova estrutura de pensamento de quem ainda não atua profissionalmente.

Assim, a idéia é estimular uma ruptura natural da zona de conforto do aluno, utilizando-se de referências que visam dinamizar e introjetar o “expressar” na criação, através de um ambiente lúdico em exercícios individuais e coletivos. Somado a isto, busca-se conscientizar e familiarizar os alunos da dinâmica do pensamento projetual e assim aperfeiçoar sua visão crítica da arquitetura.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da proposta de ensino não são definitivos. Ainda que se refira a uma instituição privada, com perfil socioeconômico do corpo discente bastante distinto entre si, os desafios e dificuldades constatados foram similares.

No primeiro período do curso, observou-se uma facilidade de execução dos exercícios que indicam a simples reprodução de obras referenciadas enquanto representação bidimensional. Quando se solicitou a inspiração em alguma obra e a confecção de uma criação própria, o tempo de desenvolvimento do exercício se estende. Obviamente, a imaturidade e a incerteza diante os projetar foram aparentes, mas observou-se que os exercícios ajudaram na exclusão de possibilidades que não traduziram intenções projetuais, auxiliando assim, na delimitação da criação de forma mais acertada.

No segundo período os exercícios são de autoria do próprio aluno ao longo de todo semestre. Naturalmente, o receio de projetar foi iminente, mas observou-se que a condição de se inspirar em obras de referência foi, para os alunos, um ponto de partida para se projetar balizado por ideais semelhantes aos preconizados por eles.

Constatou-se ainda, que devido a necessidade de avaliação e aos pesos dados ao longo do período aos trabalhos, os resultados dos exercícios caíram de acordo com a importância da nota, ainda que em sua minoria. Contudo, a fim de envolver o aluno no processo de ensino-aprendizagem, considerou-se que o desenvolvimento em sala de aula dos exercícios e a participação nas orientações, seja ela em grupo ou individual, mais valiosa do que o resultado final.

Os resultados dos trabalhos mostraram que aplicando a teoria da forma juntamente com maquetes físicas e desenhos a mão livre ou instrumentados, e incentivando a leitura de imagens de arquitetura podem trazer ótimos resultados, sendo alguns a serem percebidos ao longo dos períodos consecutivos.

4 CONCLUSÃO

Neste artigo foi apresentado as reflexões sobre as experiências nas disciplinas de Estudo da Forma I e II. O objetivo foi contribuir para a discussão sobre a importância de introduzir e instigar o aluno, desde o primeiro contato no curso de arquitetura, a se identificar com obras arquitetônicas de grande valor no cenário da história do mundo, sejam elas históricas ou contemporâneas, como artifício para elevar o entendimento sobre como se ousar projetar em contraponto à arquitetura prismática de mercado, que compõem o imaginário do aluno, lembrando que limitamos esse artigo as experiências com estudantes de primeiro ano.

A experiência em sala de aula mostrou que o aprendizado das técnicas manuais em outras disciplinas com desenho de observação, geometria descritiva e técnicas de representação auxilia o aluno a compreender e representar graficamente peças bidimensionais a partir de volumes tridimensionais, e vice-versa. Os exercícios aplicados em sala de aula mostraram-se positivos na construção de um raciocínio de concepção da forma, inspirados em processos conceptivos de obras renomadas. A desmistificação do “dom” de concepção de grandes arquitetos, através do mapeamento do pensamento projetual inerente ao domínio da teoria/prática de elementos bi e tridimensionais, mostrou-se como um caminho para o entendimento da arquitetura na sua simplicidade: elementos básicos e composição visual.

REFERÊNCIAS

ZÉVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMPOMORI, Maurício. **O Ensino de Projeto de Arquitetura: Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade**. In: 1º Seminário Internacional sobre Ensino de Projeto do Ambiente Construído, 2000, São Paulo, 2000.

CHING, Francis D.K.. **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. São Paulo, 1999.

DOMINGUES, Ivan; OLIVEIRA, Alfredo G.; SILVA, Evando M. P.; CAPUZZO FILHO, Heitor; BEIRÃO, Paulo S. L. **Transdisciplinaridade: descondicionando o olhar sobre o conhecimento**, in Educação em Revista – Revista da Faculdade de Educação/UFMG, Belo Horizonte: FAE/UFMG, p.109-116, jun-1999.

Kowaltowski, Doris; et. Al. **O Processo de Projeto em Arquitetura da Teoria à Tecnologia**. São Paulo: Oficina de Textos. 2011.

WONG, Wucius. **Princípios de forma e desenho**. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

**O MORRO DO IMPERADOR COMO PATRIMÔNIO:
RELAÇÕES TOPOFÍLICAS NA PAISAGEM CULTURAL JUIZFORANA**

CUNHA, SOUZA, Tiago, Milena

RESUMO

O presente trabalho apresenta o estudo do morro do Imperador em seus aspectos paisagísticos, físicos, patrimoniais, simbólicos e culturais, analisando sua relação com a cidade de Juiz de Fora MG. Utiliza-se da revisão bibliográfica de registros históricos, cartas patrimoniais e legislações que legitimam a importância do morro para a formatação da cidade interferindo diretamente em sua distribuição espacial conforme é hoje. As diversas apropriações e usos históricos, que ao longo dos séculos levaram a formação de laços toponímicos com a cidade, seus moradores e transeuntes, estabelecendo nesse contexto o conceito de paisagem cultural, onde a atividade humana imprime significado e atribui valores a essa parte específica do território Juizforano. Tornando-o assim relevante para a história da cidade, onde seu caráter pluralista e sua adaptabilidade aos novos usos e demandas dos diversos setores da sociedade garantem constantes revisões, tornando-o uma importante área de respiro urbano, um espaço de encontro, pluralista e democrático.

Palavras-chave: Morro do Imperador. Paisagem Cultural. Patrimônio imaterial.

1 INTRODUÇÃO

A valorização patrimonial começou no Brasil 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, e de acordo com Ana Nélida de Mendonça tinha por objetivo constituir e preservar o patrimônio histórico brasileiro, buscando a consolidação de um sentimento de identidade nacional (MENDONÇA, Ana. 2015). Posteriormente, desdobramentos das políticas patrimoniais surgem demandas contemporâneas de preservação e registro, como a chancela da paisagem cultural, tema do qual trata o presente artigo.

A paisagem cultural Brasileira foi regulamentada pela portaria nº 127, de trinta de abril de 2009 conforme a definição do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN):

“(...) paisagem cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, a qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (IPHAN, 2009)

Tomando como objeto de estudo o morro do Imperador, foi possível desenvolver uma análise das relações de significado entre o morro e a cidade, assim como suas implicações para o desenvolvimento socioespacial da mesma.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho concentra-se na revisão bibliográfica de cartas patrimoniais que versam sobre paisagem cultural, leis específicas sobre o objeto de estudo, dissertações que investigam as relações de poder entre a cidade de Juiz de Fora e o Imperador, relatos históricos de Henry Klumb, obras consagradas sobre a temática da paisagem urbana. O confronto das informações coletadas viabilizou sua reorganização em uma linha argumentativa que se apresenta como suporte deste texto.

3 RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Topofilia por definição é o elo afetivo entre o indivíduo e seu ambiente físico, relacionando-se assim com a temática da paisagem cultural. Portanto, para se compreender as relações topofílicas entre o Morro do Imperador e a cidade é necessário pontuar as relações socioespaciais, abordando os seguintes tópicos: (I) marco paisagístico; (II) malha urbana; (III) desempenho social na paisagem; (IV) relação com Dom Pedro II; e, (V) aspecto religioso e simbólico.

O morro do Imperador pode ser entendido como **marco paisagístico**, pois devido a sua abrangência territorial e altura. Constitui um importante referencial para quase toda a cidade, exercendo domínio na paisagem urbana,

o que pode ser comprovado pelo relato de Klumb (1872, p.70) onde o autor, ao adentrar a cidade, faz uma breve descrição dos elementos marcantes da paisagem:

Em torno de nós surgiram algumas habitações, sentinellas avançadas do Juiz de Fóra, o valle alarga-se, vamos chegando; á nossa esquerda o cemitério com sua capella, os monumentos funerários que a rodeão são de tijolos.

Defronte de nós, levanta-se o rochedo chamado – Alto do Imperador - abaixo a cidade com sua longa linha de casas. (KLUMB,1872, P.70)

Sua influência na **malha urbana** se dá através de seu caráter limitador, pois a cidade somente adquiriu sua forma atual devido a conformação geográfica do morro do Imperador, que segundo o decreto 4312 de 24 de maio de 1990 é uma:

(...)barreira natural que se constitui de escarpa abrupta, com declividade elevada, afigurando-se rochas "gnáissicas", que orientou pensão urbana de Juiz de Fora, em cujo sopé encontra-se a área central da cidade. (Juiz de Fora, 1990, grifo nosso)

Nesse contexto o morro configura um limite do sítio urbano e orienta os principais eixos de expansão da cidade: zona norte e cidade alta, além disso a legislação urbana prevê gabaritos específicos no entorno do morro.

Seu **desempenho social na paisagem** Juizforana se dá pelo seu forte caráter aglutinador e referencial; aglutinador pois historicamente recebe grupos com diferentes **apropriações espaciais**, como o movimento musical da década de 1940, que realizava shows precedidos de missas com grande adesão do público, como afirma a revista O Lince de 1942:

Às 8:30 horas daquela manhã perfumada e luminosa, foi celebrada uma missa campal, dando assim início aos festejos, que assinalavam uma verdadeira apoteose de alegrias e ritmos. (O Lince,1942 apud PEREIRA, SANTIAGO, SILVA, 2006, p.63).

Já seu **caráter referencial** pode ser justificado na metodologia proposta por Kevin Lynch, um marco que legitima a legibilidade espacial da cidade, tornando sua silhueta marcante e distinguível, “uma cidade com imageabilidade [...]bem formada, distinta, memorável; convidaria os olhos e ouvidos a uma maior atenção e participação.” (LYNCH, 1960, p. 10)

3.1 O Imperador e a cidade

As relações de poder entre a cidade e a côrte se davam pela representatividade econômica devido à forte produção cafeeira. Por diversas ocasiões o Imperador esteve na cidade, hospedado na quinta do Sr. Ferreira Laje, anfitrião que apresentava a seus hóspedes suas extensas terras, que incluíam o morro que posteriormente viria a ser conhecido como morro do Imperador. Henry Klumb (1872, p.74) descreve tais passeios com riqueza de detalhes:

Depois se o passeio a sombra das grandes arvores tem attractivos para vós, iremos visitar a bella cascata que fórma o fundo do quadro da paisagem que rodeia a estação; veremos o bosque dos Principes com sua lagôa tranquilla e sua cascata murmurante; o bosque da Imperatriz no meio de uma floresta de palmeiras, e como remate o Alto do Imperador, de onde paira-se sobre um horisonte immenso. (KLUMB,1872, P.74)

A identificação de Dom Pedro II com o local pode ser apontada como um “convite” para a utilização do morro, visto que no contexto daquela época a sociedade brasileira por ainda não ter consolidada uma identidade nacional buscava referências comportamentais na família imperial.

3.2 Contribuições dos aspectos religioso e simbólico

Em Minas Gerais a apropriação da topografia para o uso de cruzeiros de madeira com a imagem de cristo crucificado já era comum, mas Segundo Mabel Pereira na virada do século XIX para o XX, o então papa Leão XIII publicou a encíclica “Copiosa Apud Te Redentio”, que num contexto de alegria pela virada do século, recomendava que o tradicional uso da imagem do cristo crucificado fosse substituído pela imagem do cristo redentor, vitorioso, imagem esta que relaciona-se aos ideias progressistas da elite Juizforana daquele período.(PEREIRA, Mabel. 2006 p.54)

4 CONCLUSÃO

A indissociabilidade histórica da cidade e do morro do Imperador merece destaque, pois constantemente se tangenciam, especialmente pela presença de Dom Pedro II, que marcou definitivamente a história daquele espaço. As diversas relações socioespaciais na cidade se refletem nas múltiplas apropriações do local, que abriga usos culturais e religiosos. Além disso, a representatividade espacial do Morro do Imperador o torna o principal ícone da paisagem Juizforana, norteando não só a locomoção dentro da cidade, mas também o crescimento urbano. E é importante salientar que a identificação de setores da sociedade nas antigas associações religiosas era dotada de

sentimentos urbanísticos, capazes de desenvolver projetos que buscavam o desenvolvimento urbano.

Por último, pode-se afirmar que o que torna o morro do Imperador singular, e importante para Juiz de Fora, é seu caráter pluralista, que encontra na diversidade as dinâmicas para permanecer como um espaço vivo e em constante revisão ao longo mais de três séculos.

REFERÊNCIAS

BISPO, Alba, GIANECCHINI, Ana. **Das retóricas do moderno nacional ao reconhecimento de Brasília como Patrimônio Cultural**. PUC-Campinas. Oculum Ensaios. 2015

Diário Oficial da União. Portaria nº 127 de 30 de abril de 2009. **Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira**.

JUIZ DE FORA. Decreto Nº 4312 - de 24 de maio de 1990. **Dispõe sobre o tombamento das "Vertentes Setentrional e Oriental do Morro do Redentor**. Sistema JFLegis.

KLUMB, Henry. **Doze horas em diligência, guia do viajante de Petrópolis a Juiz de Fora**. Rio de Janeiro, 1872.

LYNCH, Kevin. **A imagem da Cidade**. 3. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

PEREIRA, Mabel Salgado, et al. **100 anos – 1º Cristo Redentor do Brasil**. Juiz de Fora: Editar, 2006.

TUAN, y-fu. **Topofilia um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente** . 2. ed. Londrina: Eduel, 2012.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **A viagem enquanto forma de poder: a viagem de Pedro II ea inauguração da rodovia União e Indústria, em 1861**. UFF, Rio de Janeiro. Vol. 3, nº 5, 1998, pp. 161-180.

GENOVEZ, Patrícia Falco. **AS MALHAS DO PODER: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX.** UJF, Juiz de Fora. Clio Edições Eletrônicas, 2002.